Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

SAÚDE

Virose com sintomas da covid avança no país

Mais comum nos meses de inverno, contaminação pelo vírus sincicial respiratório (VSR) cresce de forma expressiva. Doença só é letal em bebês e crianças com comorbidades, justamente o grupo de risco que ficou em maior isolamento durante a pandemia

» TAINÁ ANDRADE

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



As principais vítimas do vírus sincicial respiratório (SRV) são os bebês e as crianças com comorbidades, que apresentam risco mais alto de mortalidade

Passado o momento de maior emergência da pandemia de covid-19, mudanças no comportamento do vírus sincicial respiratório (VSR) têm preocupado especialistas pelos altos registros de casos fora da sazonalidade. Com comportamento similar ao do vírus da gripe, mas com sintomas fatais exclusivamente em bebês e crianças, o VSR tem alta transmissão nos meses mais frios do ano, entre fevereiro a agosto, variando de região para região. O que tem sido observado no *Boletim InfoGripe* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que monitora a doença desde 2017, é o aumento de casos em novembro, dezembro e janeiro.

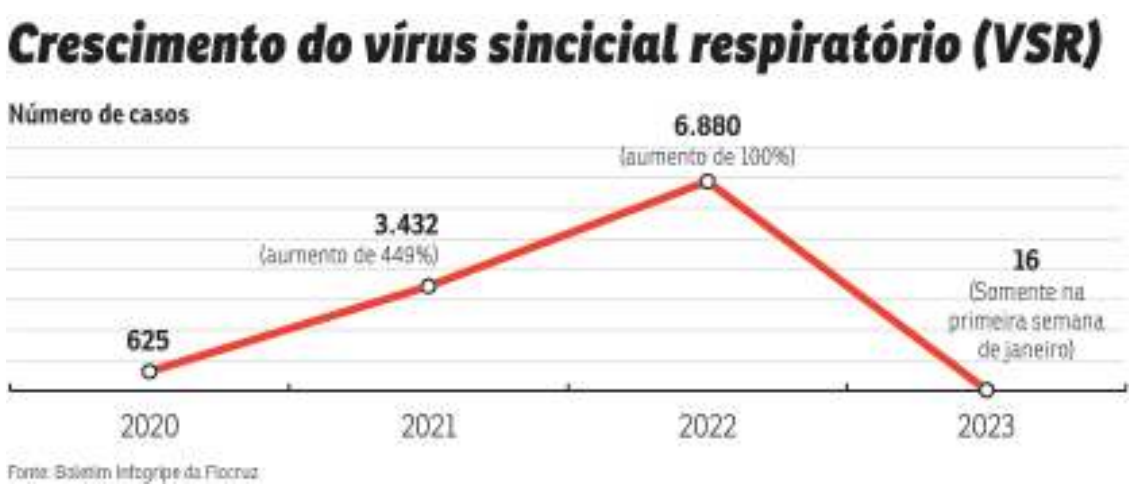
O vírus costuma afetar a faixa etária entre 0 e 4 anos, levando à internações por falta de ar, especialmente bebês prematuros ou crianças com comorbidades, como cardiopatia e doenças crônicas. Além do surto fora de época, a comparação ao longo dos últimos três anos, em que o país viveu o pior período pandêmico, tem mostrado saltos nos registros da doença. Entre 2020 e 2021, o crescimento foi de 449%. De 2021 para 2022, o número de casos dobrou. Neste ano, ainda não há dados suficientes para comparação, mas a tendência é que a evolução continue crescente.

Marcelo Gomes, coordenador do *InfoGripe*, atribui as variações do VSR a dois fatores: a retomada da normalidade pós-pandemia com as ações de controle para mitigação da covid-19, que propicia o retorno da circulação de outros vírus, e a falta de pré-exposição aos ambientes coletivos, já que as medidas de restrição social impedia contatos.

"Encontra uma população que não tinha sido tão exposta, um cenário favorável do ponto de vista da imunidade e sem as ações sociais que diminuíram a transmissão. Isso é, provavelmente, um dos motivos que estamos vendo para os surtos fora de época. Se eles vão voltar a ter o mesmo padrão pré-pandemia — predominando no inverno — é algo que só o tempo vai dizer. É o esperado, um impacto indireto da covid que ainda estamos entendendo as consequências", indicou o coordenador.

As consequências da transmissão com o relaxamento das medidas restritivas pode ser percebida nos números, já que, em março do ano passado, na semana 16, foram registrados 617 casos de VSR, o pico do ano inteiro. Os números permaneceram altos, acima de 500 casos, até o fim de abril. Esse foi o período em que começou a liberação de uso de máscaras em locais fechados pelo Ministério da Saúde, com diversos estados aderindo à regra.

"O distanciamento, a não convivência das crianças, o uso de máscara durante quase dois anos, as crianças não frequentarem a escola, tudo isso fez com que aquelas infecções respiratórias típicas deixassem de ocorrer, acumulando suscetíveis, como crianças menores de 2 e 3 anos sem nenhuma exposição prévia viral. Esses picos têm acontecido em função do acúmulo de suscetíveis e, em segundo lugar, pelo próprio protagonismo que o coronavírus teve nesse período, ocupando um espaço e não deixando que outros vírus respiratórios concorressem com ele", detalhou Renato Kfouri, infectologista e presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).



Em 2022, os estados fecharam as últimas oito semanas do ano — que compreende o período entre novembro e dezembro — fora da sazonalidade, com aumentos relevantes no registro de VSR. O Distrito Federal registrou aumento de 450% (se contabilizar com os casos já tabelados em 2023, a porcentagem cai para 133%, mas ainda não há parâmetros de comparação). A segunda unidade da Federação em aumento de casos foi Minas Gerais (316%), seguido por Santa Catarina (72%) e Roraima (71%). Os demais registraram aumento inferior a 30%, o que ainda deixa os sistemas de saúde em alerta.

A maior notificação de casos de VSR é outra consequência indireta da covid-19, já que os profissionais de saúde estão mais sensíveis ao registro de doenças com sintomas semelhantes ao da causadora da pandemia mundial. "Questão associada à sensibilidade da rede de notificação que, de fato, pode ter passado a notificar mais esses eventos no sistema nacional. É bem provável que profissionais da saúde não notificavam antes e passaram a fazer por conta da atenção com o covid", ressaltou Gomes.

CNBB critica "flexibilização do aborto"

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reprovou a saída do Brasil da Declaração do Consenso de Genebra, uma espécie de libelo multilateral de 32 países contra o aborto e direitos femininos, anunciada no começo da semana por cinco ministérios. Em nota, a entidade alega que a decisão e a recente revogação, pelo Ministério da Saúde, da obrigação da equipe médica de comunicar à polícia pedidos de aborto em decorrência de violência sexual, que têm amparo legal, são "iniciativas que sinalizam para a flexibilização do aborto".

"A hora pede sensatez e equilíbrio para a efetiva busca da paz. É preciso lembrar que qualquer atentado contra a vida é também uma agressão ao Estado Democrático de Direito e configura ataques à dignidade e ao bem-estar social", diz a nota da CNBB.

A decisão de ruptura com a declaração faz parte de uma nova postura do governo federal em relação ao entendimento do que é a defesa dos direitos e das liberdades individuais das mulheres, assim como a retomada do alinhamento do país com as práticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Marisa Sanematsu, diretora de Conteúdo do Instituto Patrícia Galvão, que produz e divulga notícias sobre os direitos das mulheres brasileiras, disse que não cabe à Igreja Católica ditar como o aborto deve ser tratado pelas políticas públicas. "Uma coisa é a CNBB orientar os católicos sobre como a Igreja considera que o aborto deva ser tratado, outra coisa é a Igreja dizer como esse assunto deve ser tratado pelas políticas públicas. O Estado brasileiro é laico."

Na avaliação de Fábio Cabar, advogado e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), a revogação da portaria não interfere no que já é permitido pelo Código Penal de 1940. "A portaria determinava que, quando uma mulher fosse interromper a gestação, que comunicasse à autoridade policial. Agora, esse ato não é mais necessário. Isso não incentiva a realização do aborto", explicou. (**TA e ID**)

MEIO AMBIENTE

Mais um recorde de devastação na Amazônia

» *ISABEL DOURADO

Em 2022 o desmatamento na Amazônia foi o maior registrado em 15 anos, alerta o monitoramento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Entre janeiro e dezembro, foram devastados 10.573km², o equivalente à derrubada de quase 3 mil campos de futebol por dia de floresta. 2022 também registrou o quinto recorde anual consecutivo de desmatamento. No acumulado dos últimos quatro anos (2019-2022), chegou a 35.193km², área que supera o tamanho de dois estados brasileiros: Sergipe (21 milkm²) e Alagoas (27 milkm²).

A ministra do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Marina Silva (Rede), afirmou no Fórum de Davos (Suíça) que o governo Lula está comprometido com o "desmatamento zero". Ela tem buscado alternativas para atrair mais investimentos à proteção da Amazônia.

Pará (3.874km²), Amazonas (2.575km²) e Mato Grosso (1.604km²) seguem no topo dos maiores desmatadores desde 2019. De acordo com o Imazon, apenas Amazonas e Mato Grosso tiveram aumento na destruição no ano passado em relação a 2021 tanto em áreas protegidas federais quanto estaduais. Apenas em dezembro, a Amazônia perdeu 287km² de floresta — aumento de 105% em relação a dezembro de 2021 —, recorde para o mês.

"Esperamos que esse tenha sido o último recorde de desmatamento reportado pelo nosso sistema de monitoramento por satélites, já que o novo governo tem prometido dar prioridade à proteção da Amazônia. Mas, para que isso aconteça, é preciso que a gestão busque a máxima efetividade nas medidas de combate à devastação, como algumas já anunciadas de volta da demarcação de terras indígenas, de reestruturação dos órgãos de fiscalização e de incentivo à geração de renda com a floresta em pé", disse Bianca Santos, pesquisadora do Imazon.

Em relação às áreas protegidas, as unidades de conservação estaduais estiveram em situação mais crítica no ano passado. Nas áreas de proteção estadual, a devastação passou de 690km² (2021) para 746km² (2022), alta de 8%.

Já as unidades de conservação federais e as terras indígenas registraram queda da devastação de 8% e 21%, respectivamente, em 2022. Porém, o desmatamento no ano passado foi o segundo maior em 10 anos nas unidades de conservação federais e o quarto maior da década nas áreas indígenas.

***Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria**

Incêndio em galpão no Aeroporto do Galeão

AFP



Um incêndio atingiu um prédio próximo ao Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro, no início da tarde de ontem. O fogo provocou uma densa coluna de fumaça escura, vista de vários pontos da cidade e da Baixada Fluminense. A concessionária RioGaleão, que opera o terminal, informou que não houve impacto nos pousos e decolagens.